

GRAMSCI E O FASCISMO: UM MAPA DA QUESTÃO

Lincoln Secco¹

Resumo: O presente artigo pretende mapear nos escritos políticos e nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci o fascismo. O fascismo é aqui considerado enquanto mobilização oportunista e permanente, contrarrevolucionária e racional da irracionalidade das massas durante a crise do entreguerras. Essa abordagem não fecha o conceito, mas propõe um eixo para mapear as fronteiras imprecisas dos regimes fascistas, os contornos dos movimentos históricos e suas etapas. A vantagem dessa abordagem é que ela lida com a historicidade dos fenômenos fascistas sem abandonar a construção de um conceito abrangente. Como veremos, Antonio Gramsci foi pioneiro nessa metodologia.

Palavras-chave: fascismo, ditadura, hegemonia, capital monopolista

Abstract : This paper aims to locate fascism in the political writings and the *Prison Notebooks* of Antonio Gramsci. Fascism is considered here as an opportunistic and permanent, counterrevolutionary and rational mobilization of the irrationality of the masses during the interwar crisis. This approach does not close the concept, but proposes an axis to show the imprecise boundaries of fascist regimes, the outlines of historical movements and their stages. The advantage of this approach is that it deals with the historicity of fascist phenomena without abandoning the construction of a comprehensive concept. As we shall see, Antonio Gramsci was a pioneer in this methodology.

Key-words : fascism, dictatorship, hegemony, monopoly capital

Na sua época, ninguém compreendeu melhor do que Gramsci o processo que permitiu que a extravagância de alguns indivíduos atomizados se tornasse um movimento, um partido e, depois, um regime com o aplauso de segmentos corrompidos de todas as classes. Tratava-se do fascismo.

A delimitação do fascismo se mostrou difícil desde suas primeiras manifestações. O fascismo histórico surgiu na era do imperialismo e da dominância do capital monopolista e foi a mobilização oportunista e permanente, contrarrevolucionária e racional da irracionalidade das massas durante a crise do entre guerras. Essa abordagem não fecha o conceito, mas propõe um eixo para um mapeamento daquilo que *acontece* e não do que *é*: o fenômeno se compreende apenas processualmente na história e aparece na era de dominância do capital monopolista e com técnicas de mobilização de massa. A mobilização é ornamental e pode tanto apoiar a ação do movimento como a inação das massas, limitadas à adulação do chefe e do regime com exposições públicas.

¹ Livre docente em História. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lsecco@usp.br.

Embora possamos estabelecer muitas definições generalizantes dos movimentos e regimes fascistas, é melhor indicar as fronteiras imprecisas dos regimes, os contornos dos movimentos, as fases que ele pode ou não percorrer e se “completar” como proposta, como movimento ou regime. Paxton, João Bernardo e Umberto Eco, dentre outros, buscaram esse caminho, ainda que partindo de ângulos distintos e chegando a definições diferentes. A vantagem desses autores é que acentuaram a historicidade dos fenômenos fascistas sem renunciar à construção de um conceito abrangente (Secco, 2021). Como veremos, Gramsci esboçou pioneiramente uma metodologia desse tipo.

Quando os *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci foram editados, o líder do Partido Comunista Italiano Palmiro Togliatti afirmou: “uma pergunta não formulada nos acompanha, se soubermos ler, caderno por caderno, página por página: como *isto* foi possível; como *isto* poderá cessar?” (Togliatti, 2001: 177). Como *aquilo* foi possível é uma questão que afligiu os seres humanos até hoje.

Gramsci acompanhou o surgimento de experiências fascistas semelhantes em toda a Europa e, ao mesmo tempo, observou que elas eram muito diferentes entre si porque respondiam a desafios nacionais específicos em países com distintos graus de importância econômica no mercado mundial. Sem perder de vista a particularidade concreta do fascismo italiano, a sua leitura nos permite hachurar as fronteiras imprecisas dos fascismos e identificar as suas fases. A partir dele é possível se aproximar de uma definição abrangente sem perder de vista a pluralidade empírica do fenômeno. Isso aparece em textos sobre assuntos que aparentemente não guardam relação entre si, mas abordam múltiplas manifestações potencialmente fascistizantes, como, por exemplo, as bizarrices literárias das primeiras décadas do século XX: a obra de D’annunzio e Marinetti, o colonialismo, as revistas ultra nacionalistas, os desmobilizados da guerra etc.

Enquanto militante socialista e comunista, Gramsci estava diante de algo inteiramente novo e tinha que resistir sem se dar a paciência da precisão teórica. Exatamente por isso, não buscou uma essência *a priori*; ele captou o fenômeno *in flux*. Pensava enquanto confrontava os fascistas. Os espaços sociais do fascismo e seus elementos iniciais mais evidentes (violência demonstrativa, cumplicidade do estado e de políticos liberais, apoio da burguesia, maleabilidade programática, uma base social pequeno burguesa etc) são tratados em diversas temporalidades: desde a história imediata e das ações governativas, atravessando a larga conjuntura da guerra e da crise do regime liberal até a unificação italiana (*Risorgimento*), cuja problemática situa-se num ritmo lento.

A oscilação oportunista do fascismo e sua instabilidade iniciais permitiram que Gramsci observasse que não havia ali uma ideologia original, muito menos qualquer teoria. Como disse o próprio Mussolini, “nossa doutrina é o fato” (Paris, 1962: p. 226). Os elementos fascistas não eram

originais, nem sua arquitetura discursiva ou conceitual (que ele não tinha). Nenhuma realidade exige tantos oximoros quanto o discurso fascista; ele é uma verdadeira inovação reacionária.

A prática historiográfica costuma revelar como o novo pode surgir no interior de formas antigas e o velho revestir-se de novas. Gramsci foi além, destacou a crise orgânica através da qual a burguesia domina sem o consentimento dos dominados e a sociedade experimenta, em escala internacional, o colapso dos valores, das instituições, das economias e dos processos de legitimação eleitoral. Gramsci foi além e declarou que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno surgem fenômenos mórbidos patológicos” (Gramsci, 1975: p. 311). É nessa zona de penumbra que as formas se mesclam e absorvem conteúdos contraditórios. Como pode um radicalismo violento vestir formas pragmáticas? Uma ideologia capaz de abarcar todas as esferas da vida ser desprovida de qualquer teoria? O fascismo expressava, com a ação direta, as bizarrices intelectuais e a habilidade permanente de mobilização e desmobilização: o transe de uma sociedade em crise. Mas em si e por si mesmo, ele teve necessariamente de conduzir os povos que o encarnaram à ruína, à humilhação e à derrota, como Gramsci previu na famosa resposta que deu ao tribunal fascista que o condenou a vinte anos de prisão: “Vocês conduzirão a Itália à ruína e a nós, comunistas, caberá salvá-la”.

Um tema obsessivo

Praticamente toda a produção gramsciana foi marcada pelo tema do fascismo. Alguns dos elementos que seriam incorporados pelos fascistas já eram acompanhados por Gramsci antes que os *fasci di combattimento* formassem oficialmente um movimento em 26 de março de 1919 na Piazza San Sepolcro, em Milão. Ele citou Mussolini muito antes (Gramsci, 1972: p. 183) e comentou temas que alimentaram depois o movimento fascista, embora seja um anacronismo buscar ali previsões. No início da Guerra Mundial Gramsci defendeu a ideia de uma “neutralidade ativa e operante” lançada por Mussolini (Mussi, 2014: p. 126). Em verdade, sua escrita girou em torno dos desafios impostos pela política cotidiana e é preciso descobrir como a sua unidade se expressou em diferentes assuntos ao longo do tempo. Essa unidade só se concretiza na diversidade, tanto quanto a continuidade de uma mesma pergunta fundamental comporta também respostas mais complexas ao longo do tempo.

A derrota diante do fascismo tornou-se, portanto, a preocupação central da maioria dos seus textos pré carcerários e também dos *Cadernos do Cárcere*. A crítica do fascismo é o *Leitmotiv* de sua obra e está subjacente ao estudo de assuntos aparentemente distantes entre si².

2 Para e leitora e o leitor que preferirem uma pesquisa aprofundada sugiro guiar-se pelo mapa teórico encontrável no verbete “fascismo” do Dicionário Gramsciano (Spagnolo, 2017: p.283).

Como vimos, não é fácil propor qualquer definição do fascismo e nem mesmo estabelecer as diferenças entre sua primeira época de aparição e os neofascismos contemporâneos. Gramsci não buscou definições precisas porque não havia um regime estabelecido quando ele estudou o fenômeno. Ele teve que acompanhar a evolução política em suas linhas pontilhadas e mutáveis, em suas formas híbridas e nas fronteiras porosas de legalidade e ilegalidade. Por isso, alguns dos seus escritos parecem tão contemporâneos.

Um cotejo com uma declaração no século XXI revela essa contemporaneidade de Gramsci. Para Antonio Negri, nos fascismos dos anos 20-30 “os reacionários certamente estiveram no campo político, enquanto no terreno econômico eles poderiam ser relativamente progressistas, pseudo-keynesianos” (Negri, s/d). Essa definição não é exata, pois Mussolini também recorreu à ortodoxia liberal quando lhe foi conveniente. O historiador Federico Chabod mostrou que em seus primeiros anos o fascismo italiano foi mais liberal que os governos anteriores: aboliu subvenções oficiais e entregou empresas estatais ao capital privado.

Após a Primeira Guerra Mundial, o velho conservador liberal Giolitti, que marcou uma época da política italiana, buscou melhorar a arrecadação. Para fazer frente ao aumento de despesas estatais contraídas durante a Guerra Europeia ele exigiu em 24 de setembro de 1920 que as ações fossem nominativas, e não ao portador, a fim de combater fraudes. No mesmo dia, aumentou o imposto sobre heranças e, em casos específicos (parentes longínquos, v.gr.), a taxa podia significar o confisco da propriedade.

O programa do Partido Nacional Fascista em 1921 previa simplificação tributária, equilíbrio orçamentário, publicidade dos rendimentos tributáveis ou *redditi imponibili* e das heranças (Felice, 1995: 759). Mas somente treze dias depois da *Marcia su Roma* (marcha sobre Roma) que levou Mussolini à presidência do Conselho de Ministros, as leis de Giolitti foram revogadas (Chabod, 1961: 64) e aquela parte antiliberal do programa fascista esquecida. Mussolini levou à prática a política prescrita por Vilfredo Pareto, o teórico das elites que foi estudado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*: destruir o liberalismo político e instituir o econômico; retirar impostos das classes privilegiadas; e oferecer às trabalhadoras uma educação com dogmas religiosos nos quais ele mesmo não acreditava (Borkenau, 1978: 8).

Os velhos políticos liberais ficaram satisfeitos e acreditaram que a entrada de fascistas no gabinete de governo iria domá-los e permitir sua absorção no sistema liberal (Blinkhorn, 1997: 22), como tinha ocorrido com os socialistas.

Proveniente de uma composição bizarra de sindicalismo revolucionário, socialismo e nacionalismo o fascismo tinha sua base mobilizada nas camadas médias e atraía os ressentidos de todas as classes. Entretanto, ele não teria se estabilizado no poder sem aquela condescendência dos

políticos profissionais. Além, é evidente, de uma aliança com o grande capital e o apoio do exército, polícia e magistratura. Carocci, 1975: 250).

A *Carta del Lavoro*, editada por Benito Mussolini em 1927, declarava que a “intervenção do estado na produção econômica tem lugar unicamente quando falte ou seja insuficiente a iniciativa privada ou quando estejam em jogo interesses políticos do Estado”. (Bercovici, 2020) É claro que a política de Mussolini mudou: ele impôs uma ditadura pessoal e, após a crise de 1929, adotou uma linha estatizante: dez anos depois daquele *crash* mundial a Itália tinha, percentualmente, o segundo maior setor público no mundo, somente menor do que o da União Soviética (Blinkhorn, 1997: 34). Esse “outro fascismo” corporativista e estatizante será revisto por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*.

Primeira fase. As origens (1919-1923)

Cabe lembrar que Gramsci escreveu antes dos debates mais importantes do Komintern sobre o fascismo e não conheceu a incipiente caracterização de Stalin na XIII Assembleia Plenária da Internacional Comunista; a defesa da frente contra o fascismo por Dimitrov no VII Congresso de 1935; as advertências de Trotsky (1979) ou de Simone Weill sobre a Alemanha (Weill, 1979); as lições de Togliatti (1978) sobre as instituições fascistas que controlavam o lazer, o esporte e outras atividades fora do trabalho e muito outros textos.

Embora haja um evidente aprofundamento da compreensão do fascismo nos escritos carcerários, algumas premissas essenciais da delimitação do fenômeno são muito mais nítidas nos escritos de juventude.

O artigo *A Crise Italiana* mostrava que não existe uma essência do fascismo nele mesmo. Há uma combinação caótica de tradições, desde a ideia de nação proletária de Corradini ao futurismo de Marinetti, que não passava de um insípido programa liberal de uma burguesia desorientada (Fresu, 2019: 9-20; Barbosa, 2015). Mais uma vez Gramsci se antecipou na percepção de uma característica fundamental fascista. Em 1930 August Thalheimer escreveu uma análise do fenômeno partindo de *O 18 Brumário* de Marx. Para ele, o bonapartismo era diferente do fascismo, porém expressava o mesmo processo pelo qual a burguesia abandona sua sobrevivência política nas mãos de um ditador para salvar sua existência econômica. Thalheimer diz que “o pequeno burguês fascista quer um governo forte. Governo forte significa ampliação do funcionalismo. Mas ele exige ao mesmo tempo uma economia de gastos públicos isto é, uma limitação do funcionalismo (...). É preciso acabar com o abuso do dia de oito horas e com o disparate dos direitos do operário na fábrica. Ordem na fábrica! Que se termine com o presente do Estado aos trabalhadores à custa do pequeno burguês, como o pão e os aluguéis baratos etc” (Thalheimer, 2009: 35). Ele percebeu aquilo que Gramsci já havia enunciado em “A Crise Italiana”.

É verdade que Mussolini, Marinetti, D'Annunzio e outros se nutriram de uma leitura de correntes e tradições anteriores. Havia elementos aproveitados pelos fascistas nas revistas *Il Regno* (1903) e *La Voce* (1908), como o culto do colonialismo. A emigração italiana deveria se dirigir a colônias formais e não a países independentes; a mão de obra deveria trabalhar para a Itália; era preciso completar o *Risorgimento*³; o *popolo* é mítico, supra-histórico, violento, masculino; o futurismo e a poesia de Pascoli e D'annunzio ajudam a defender o *mare nostrum* (“Navegar é preciso, viver não é preciso”) etc.

Os fascistas exploraram a vitória mutilada, cuja expressão mais nítida era o fracasso italiano em conquistar após a primeira guerra mundial a Dalmácia, na costa leste do mar Adriático. Durante as negociações de paz, o governo italiano obteve as terras “não resgatadas” (*le terre irredente*): Trento, Trieste e Ístria, mas não a cidade de Fiume (Rijeka na Croácia), à época espacialmente croata, mas linguisticamente italiana. Daí a aventura literária e militar do escritor Gabriele D'Annunzio (1863-1938) que, a 12 de setembro de 1919, ocupou a cidade com dois mil seguidores, entre eles muitos desmobilizados da guerra. Ele anunciou uma constituição corporativista e declarou guerra ao seu próprio governo.

O artigo de Gramsci *Unidade Nacional* analisa aquele evento. Não se tratava ainda de um movimento fascista (Mussolini mais tarde imitou aspectos do governo efêmero de Fiume). Gramsci percebeu desde o início os conteúdos e formas combinados de esquerda e direita, ainda confusos e indefinidos e que podiam questionar o sistema vigente. Como ele disse: numa classe espiritualmente saudável, porque coesa e organizada, há também pessoas arruinadas pela guerra que não se integraram numa realidade econômica concreta. É a primeira pista de uma pesquisa da base social do que será o movimento fascista. Como Otto Bauer afirmará muito depois, houve uma combinação de desclassificados sociais, pequenos burgueses revoltados e uma grande burguesia que havia desertado dos seus partidos conservadores tradicionais. Bauer tratou o fascismo como um resultado de um “peculiar balanço de forças de classes”. No informe ao Comitê Central de agosto de 1924, Gramsci caracterizou o fascismo como o resultado de um “determinado sistema de relações de força existente na sociedade italiana” (Gramsci, 1978: 33). Mas o próprio Gramsci acrescentou um elemento importante no caderno VII do cárcere. Ali há menções à experiência de comando que as classes médias tiveram na Guerra Europeia e perderam a utilidade em tempo de paz.⁴

Na edição piemontesa do *Avanti*, jornal do Partido Socialista Italiano (PSI), ao qual Gramsci ainda pertencia, ele também já identificava a natureza internacional do fascismo. Surgido na Itália

3 Processo de unificação italiana Revolução inacabada da qual falava Alfredo Oriani, cujo livro foi prefaciado por Mussolini. Oriani se opunha à Itália artificial burguesa e apoiou o Popolo d'Italia (nome do jornal de Mussolini, depois que ele foi excluído do socialista Avanti).

4 Em virtude da alta concentração da renda, as camadas médias, em termos de rendimento, eram menos numerosas do que seriam no pós segunda guerra. Havia uma parcela importante de pequenos proprietários a depender do país.

por inúmeras razões, não era um fenômeno italiano *per se*. O artigo *A Reação* foi publicado em 24 de novembro de 1920 e uma abordagem semelhante se repete no texto *Itália e Espanha*. O que surpreende, no entanto, é que ele também revela que há um *continuum* entre instituições liberais e fascismo⁵. A crise daquelas instituições exige uma violência ilegal para restaurar o próprio estado liberal. Que no emprego do método fascista o parlamento se destrua é o preço não previsto que os representantes da burguesia pagam.

(I)legalidade

Gramsci identifica um traço marcante do processo de fascistização: as milícias criminosas impunes são um complemento ilegal do policiamento que está limitado pelas leis. As definições de Gramsci emergem da historicidade do processo fascista e não de um programa prévio ou de alguma teoria que o tenha pré delineado.

A cumplicidade entre Estado e violência fascista era por demais evidente para não ser analisada. O anarquista Luigi Fabbri definiu em 1922 o fascismo como uma “contrarrevolução preventiva”, fundada unicamente na violência, pois sem ela o movimento deixaria de existir (Fabbri, 2009: 96). Mas o fascismo foi também a única opção rápida possível dos conservadores e liberais para derrotar os socialistas, afastá-los daquilo que mais lhes importava: os cargos e o controle do orçamento público. Tal opção era por uma violência controlada. O que, obviamente, era uma ilusão⁶. O socialismo reformista e os sindicatos tinham força suficiente para proteger os trabalhadores formais da inflação, mais do que a pequena burguesia poderia por si mesma e do que a burguesia poderia tolerar. Ao mesmo tempo, aquele socialismo agarrava-se à legalidade republicana, era impotente para defender-se da violência e destruía o excedente eleitoral conquistado no fim da guerra.

Otto Bauer argumentou de maneira convincente que o socialismo passou a ser visto como partido do sistema, juntamente com os agrupamentos liberais e conservadores. O grande capital desertou dos seus partidos tradicionais. Este era fraco para impor, por meios legais, a recuperação de sua taxa de lucro, mas “forte o suficiente para financiar um exército privado ilegal e inconstitucional e lançá-lo sobre a classe trabalhadora” (Czerwińska-Schupp, 2018: 313). Essa observação é muito importante porque implica a ideia de um “fascismo eterno”, como diria Umberto Eco, ou em termos históricos, de uma ameaça permanente inscrita na própria democracia burguesa liberal (Eco, 2002).

A questão da fluidez das fronteiras entre o estado legal e as instituições privadas será revisitada nos *Cadernos do Cárcere*. Nessa primeira fase, Gramsci analisou-a, especialmente nos artigos

5 Algo tematizado por Poulantzas no conceito de “fascistização”.

6 A atração que a alta sociedade sente pelo submundo do crime foi bem demonstrada por Hannah Arendt posteriormente (Arendt, 2012: 229 e 274).

Legalidade, O Sustentáculo do Estado e Contra a Magistratura. Ele nunca perdeu isso de vista, como prova o seu discurso feito na câmara dos deputados mais tarde, como veremos.

Como parte do mundo oficial da política, os socialistas também foram responsabilizados pela ascensão fascista, como demonstra a assinatura do Pacto de Roma, em 3 de agosto de 1921, descrita por Gramsci no artigo “Os partidos e as massas”⁷. Num dos seus textos mais citados (*O Povo dos Macacos*) a pequena burguesia apareceu finalmente como uma base social potencialmente fascista. Sem uma função produtiva, ela se tornara uma classe puramente política e, depois de corromper as instituições, tornara-se crítica delas e passara a corromper as ruas, onde macaqueava as táticas revolucionárias. Mais uma vez, Gramsci tematizou a violência privada a serviço da restauração do estado burguês.

A leitora e o leitor desses primeiros escritos gramscianos se surpreenderão com a amplitude da abordagem. Em *Forças Elementares* o assunto é tratado como expressão do cotidiano. A convite de Trotski Gramsci ainda redigiu uma nota sobre o futurismo que foi publicada no livro *Literatura e Revolução* (1923).

A possibilidade do golpe de estado, a impotência socialista e a crítica da reação reformista são tratadas em diversos artigos. Há outros que se voltam para as origens históricas do fascismo, como *Um Ano, As Origens do Gabinete Mussolini e Subversivismo Reacionário*. Neste último, desnuda-se o “blanquismo” que Mussolini se auto atribui. Mas Gramsci percebeu que se tratava de um blanquismo retórico, meramente formal, destituído do aspecto material que sustentava a prática revolucionária do líder proletário francês Auguste Blanqui (1805-1881): “o enquadramento da minoria no movimento de massa, bem como o processo que faz da revolta o meio para uma transformação das relações sociais” (Gramsci, 1966: 205).⁸

Em *Os dois Fascismos* Gramsci tratou das seções agrária e urbana do movimento em algumas regiões da Itália. Entretanto, sua leitura parece uma sonda que mostra as diversas profundidades e variedades do fascismo, sempre unidas sob a prática da violência. Num breve estudo particular, ele antecipou uma característica universal que acompanhará quase todos os movimentos fascistas iniciais, do alemão ao romeno, do português ao austríaco: uma facção intransigente e outra que se acomoda nas instituições, as quais sua base viola continuamente.

Gramsci também se voltou às táticas de combate ao fascismo, nomeadamente do arditismo. Diante da ambiguidade inicial de um movimento espontâneo e unitário de autodefesa, os socialistas logo se declaram indiferentes. Eles tinham firmado em 3 de agosto de 1921 o pacto de pacificação com os fascistas. O Partido Comunista, por outro lado, não aderiu a este pacto, mas desconfiava dos *Arditi* e seus membros foram orientados a não participar daquela organização. O historiador Paolo

7 Todos os artigos de Gramsci aqui referidos podem ser consultados em Gramsci, 2004.

8 Uma reavaliação do blanquismo vide: Lussu (s/d) e Secco (2021).

Spriano foi taxativo: “*Difícil decidir se foi mais deletéria para a organização de uma resistência armada proletária que surgia de baixo o pacto dos socialistas (...) ou a desconfiança dos comunistas*” (Spriano, 1967: 147).

Os *Arditi* eram tropas especiais de elite, criadas no exército italiano, que faziam o papel tático da guerra de movimento: romper as defesas inimigas em profundidade e preparar o caminho para a infantaria. Corresponderiam às *Sturmtruppen* austríacas, só que estas eram unidades de infantaria regular. Desmobilizados após a guerra, foram cortejados pelo fascismo. Uma parte deles participou com o poeta Gabriele D'Annunzio da supracitada tentativa da conquista de Fiume. Alguns aderiram às tropas fascistas, outros formaram os *Arditi del Popolo*, tropas de combate armadas de autodefesa proletária. Tratava-se do primeiro movimento antifascista organizado.

Havia em suas fileiras anarco-republicanos, comunistas e socialistas. Gramsci apoiou inicialmente os *Arditi del Popolo* contra a posição de Amadeo Bordiga, então líder do recém fundado Partido Comunista. Ernst Thälmann afirmou depois que Lenin esteve a favor da posição de Gramsci. Entretanto, tanto em julho de 1921 quanto em seus escritos do cárcere, o arditismo deveria ser submetido a uma estratégia (“objetivos políticos que sejam claros e concretos”) e a uma organização.

Segunda Fase. O Partido Comunista e o Fascismo (1924-1926)

Neste período há todo um conjunto de artigos e correspondências que tematizam a formação do Partido Comunista da Itália, as divergências na Internacional Comunista e no governo soviético. O pano de fundo é o do recuo da perspectiva da Revolução mundial cujo início Gramsci data em 1921, derrota dos marinheiros de Kronstadt, mas que os órgãos comunistas oficiais localizam em 1923, quando desaparecem definitivamente as possibilidades de repetir em outros países como Finlândia, Polônia, Hungria, Itália e Alemanha o assalto ao poder bolchevique⁹. Abre-se uma fase de estabilização capitalista.

Neste período, Gramsci liderou a formação de um novo grupo dirigente no partido atraindo, entre outros, Palmiro Togliatti, com quem escreverá as Teses de Lyon¹⁰ em maio de 1926 (cidade onde aconteceu o Congresso partidário). Pode-se dizer que a continuidade das reflexões gramscianas sobre o fascismo se dá em oposição à ideia de Amadeo Bordiga de que se tratava de um regime temporário através do qual a burguesia enfraqueceria a classe operária e depois retomaria sua vocação liberal ou social democrática.

9 Ainda assim a tentativa insurrecionalista levou o Komintern a preparar ações armadas na Estônia e na Bulgária.
10 Togliatti escreveu as teses sindicais e a tese sobre a situação italiana e a bolchevização do partido. Mas trata-se de um documento coletivo apresentado pela nova maioria partidária (Agosti, 2003: 76).

Bordiga não era um teórico como Gramsci e sim um líder carismático das bases partidárias, especialmente do sul. O próprio Gramsci, ao reconhecer a influência dele sobre Togliatti, adjectivou sua personalidade como “vigorosa” (Spriano, 1988: 76). Mas reduzi-lo a um mero agitador tático foi um erro derivado do apagamento dele da história oficial do comunismo italiano¹¹. Bordiga estava certo, por exemplo, quando disse no V Congresso da Internacional Comunista que a derrota do fascismo não implicaria inelutavelmente uma saída socialista e que a burguesia poderia reassumir seus despojos democráticos com a mesma desenvoltura com a qual se apropriara da solução fascista (Clementi, 1971: 235).

No cárcere, como o relato a Athos Lisa documentou, Gramsci defendeu a luta por uma assembleia constituinte, mas aqui isto ainda não estava posto. Gramsci afirmou nas *Teses de Lyon* que a derrubada do fascismo poderia advir da ação de grupos anti fascistas ditos democráticos desde que eles neutralizassem o proletariado. Mas por ora, estaria em andamento um compromisso entre fascismo e oposição burguesa. É certo que sua análise era muito mais densa teoricamente do que a de Bordiga: a oposição democrática só retomaria o protagonismo na defesa do capitalismo quando o regime fascista não se demonstrasse mais capaz de controlar os conflitos de classe e surgisse o perigo de uma insurreição. Ora, é exatamente o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, quando Mussolini foi derrubado e a burguesia temia uma revolução dos *partigiani*, fosse ela uma ameaça real ou não¹².

O pano de fundo das análises gramscianas era o debate na Internacional Comunista. O PCI defendia duas teses: a particularidade do fascismo italiano; e a possibilidade de duas vias de saída do fascismo. Na primeira, os comunistas italianos se contrapunham à tese do social fascismo, segundo a qual a social-democracia seria a ala esquerda do fascismo, já que os socialistas italianos haviam sido proscritos. A segunda tese afirmava que a revolução antifascista poderia levar tanto a um governo burguês ou à ditadura proletária. A partir da segunda metade de 1929, o PCI recuou e abandonou suas teses (Del Roio, 2020).

Não há contradição alguma em demonstrar que o fascismo se desenvolve em conluio com as instituições vigentes e com a permissão de políticos liberais; e que num outro momento estes mesmos liberais e conservadores ressurgam como opção para a classe dominante.

Gramsci tentou a todo momento encontrar as brechas pelas quais a própria classe trabalhadora poderia intervir de forma independente na vida política. O texto *Que Fazer?*, dirigido à juventude

11 Na preparação para uma edição especial de 1951 da revista PCI *Rinascita*, marcando "Trinta anos de vida e lutas do PCI", Togliatti instruiu seus camaradas que não deveria haver menção às ideias de Bordiga, "nem para atacá-las" (Broder, 2020).

12 A ironia histórica é que, depois da reviravolta de Salerno (*svolta di Salerno*, abril de 1944), os comunistas foram o fiel da balança que permitiu a “neutralização” da hipótese revolucionária e a formação de um governo de unidade nacional.

comunista, trouxe indicações sobre como lidar com a derrota e retomar a iniciativa. Mas é no já citado *A Crise Italiana*, em *Democracia e Fascismo*, *A Queda do Fascismo*, *Necessidade de uma Preparação Ideológica de Massa*, *O Sul e o Fascismo*, *Teses de Lyon* e *Um Exame da Situação Italiana* que ele propôs uma leitura política e historiográfica sistemática do fascismo; da formação histórica italiana; da conjuntura que permitiu seu aparecimento; e da tomada do poder. Particularmente em *Questão Meridional* emerge a pergunta que percorrerá depois os *cadernos* do início ao fim e à qual já fiz alusão: “como isto foi possível?”.

Decerto, suas análises apresentavam limites. Ainda que ele não tirasse conclusões catastrofistas da crise capitalista, via o período como uma fase provisória da dominação burguesa, algo que seria mais tarde a pedra de toque da crítica de Karl Korsh aos comunistas e ao próprio Marx e seu *O 18 Brumário*. Só depois Gramsci concebeu a possibilidade de uma estabilização durável, ancorada na reestruturação produtiva do capital (Del Roio, 2005: 141). Para isso, era preciso articular as dimensões do poder burguês na economia, cultura e política em torno da luta pela manutenção ou mudança da hegemonia de um grupo social.

Um texto à parte desta segunda fase é o discurso *Contra as leis sobre associações secretas*. Trata-se de um documento histórico ímpar que mostra Gramsci como líder político antifascista em ação. Ele fora eleito deputado nas eleições de 6 de abril de 1924. Naquele mesmo ano, os fascistas propuseram a lei que proibiria a existência de sociedades secretas na Itália.

Entre a proposição e aprovação aconteceu a crise Matteotti. O assassinato daquele deputado socialista a 10 de junho fez o governo Mussolini recuar e a oposição retirar-se para se reunir separadamente no Aventino, uma das colinas romanas. Gramsci propôs medidas mais radicais, como uma greve geral e um antiparlamento. Sem um acordo geral, os comunistas abandonaram o Aventino e retornaram ao Palácio Montecitorio, sede oficial da câmara dos deputados, em 26 de novembro.

Durante a primavera, Gramsci fez um *soggiorno* na União Soviética e participou da quinta sessão do comitê executivo ampliado da Internacional Comunista. Numa carta dirigida ao comunista suíço Humbert Droz, representante da Internacional, Gramsci anunciou que “a nova lei contra as organizações será um terrível instrumento de perseguição contra nós” (Droz, 1969: 237). Ele se preocupava em como garantir um mínimo de legalidade sob o governo fascista. Uma vez retornado à Itália, o seu discurso contra a lei foi acompanhado pelos principais líderes fascistas, como Farinacci, Rossoni, Grecco e o próprio Mussolini que apareceu numa foto com a mão próxima à orelha num aparente esforço para ouvir o orador. A atenção dos fascistas era esperada porque aquele foi o único discurso que Gramsci proferiu no parlamento. Gramsci foi interrompido várias vezes por Benito Mussolini.

Terceira fase. Os cadernos (1928-1935)

Entre 1948 e 1951 saíram os seis volumes da edição temática dos *Cadernos do Cárcere*. A organização coube a Felice Platone sob supervisão de Togliatti. Somente em 1975 os cadernos seriam editados de acordo com a organização deixada pelo próprio Gramsci, aos cuidados de Valentino Gerratana¹³.

Depois da edição crítica, os avanços da crítica filológica revelaram facetas diversas do pensamento de Gramsci. Conceitos que outrora foram decisivos nas formulações de seus leitores ou nos partidos políticos tornaram-se questionáveis, tais como bloco histórico, a díade base e superestrutura (Balsa, 2019), arditismo, subalternos, sociedade civil e até mesmo hegemonia. O que não quer dizer que foram invalidados.

Consenso e coerção foram utilizados de forma dicotômica e não processual e, por isso, houve todo um amplo debate sobre uma suposta imprecisão conceitual de Gramsci na delimitação entre estado e sociedade civil. As polêmicas que envolveram os autores dos anos 1970 tiveram em duas intelectuais um momento forte do debate sobre hegemonia, bloco histórico etc: Christine-Bucci Glucksmann (1980) e Maria Macciochi (1980).

Também Hughes Portelli (1977) e Perry Anderson (1986) adentraram o debate e este escreveu uma crítica a Gramsci baseada na edição Gerratana¹⁴. Como se percebeu depois, Anderson cotejava termos idênticos sem perceber que as noções que os fundamentavam eram diferentes de acordo com a evolução que Gramsci vivenciou na sua produção (Francioni, 1984: 198); a concepção de hegemonia sinalizava um conflito e não um fato posto. O substrato comum daquelas autoras e autores era a retomada da discussão sobre o fascismo, especialmente Glucksmann e Anderson.

Nos anos 1970, a luta armada urbana e um terrorismo de direita clandestinamente apoiado no estado reavivaram o tema do fascismo¹⁵. Quando Enzo Santarelli organizou uma coletânea de textos de Gramsci sobre o fascismo, em 1974, ele escreveu que o neofascismo se alimentou na própria sociedade pós fascista (Santarelli, 1979: 30). O ciclo de expansão capitalista do pós Segunda Guerra Mundial havia se esgotado, o neoliberalismo influenciava os governos e questionava o papel do estado; a política e a cultura foram redefinidas; a financeirização afetou as relações internacionais entre centro e periferia; e, por fim, a economia experimentou uma revolução produtiva. Esse foi o

13 A edição brasileira dirigida por Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henriques, embora ampla, não seguiu os critérios da edição Gerratana e não publicou integralmente os textos escritos na prisão.

14 A crítica de Anderson a Gramsci começa em sua obra historiográfica mais importante. Sua hipótese do absolutismo como regime feudal centralizado contrariou a leitura clássica marxiana e marxista do Estado Moderno como árbitro que permitiu a convivência da nobreza fundiária e de uma burguesia ascendente no âmbito das monarquias “nacionais”. Ao atacar toda a leitura do Estado feita por Maquiavel e a do próprio Marx, assumidas por Gramsci, ele também considera equivocado todo o questionamento de Gramsci sobre o Renascimento e o Risorgimento. (Anderson, 1989: 169).

15 O cinema de Pasolini, Ettore Scola, Costa Gavras, Elio Petri, Liliana Cavani e outros documenta isso.

contexto em que se discutiram as ideias de Gramsci sobre estado e sociedade civil, classes subalternas, fordismo e fascismo.

Na época de Gramsci também se impunham novas exigências produtivas e mudanças culturais que ele tratou sob a rubrica “americanismo e fordismo”. Para ele, a crueldade do fascismo nascia das novas relações de produção e da necessidade de uma guerra de posição internacional contra a classe trabalhadora.

O fascismo marcou a passagem a uma nova forma organização produtiva. O liberismo, escreveu Gramsci, “é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político destinado a mudar, quando triunfa, o pessoal dirigente de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, mudar a distribuição da renda nacional” (Gramsci, 1975). Não há portanto, uma contraposição do estado contra o mercado. Acreditar nisso, seria reproduzir a própria ideologia liberal. Portanto, o fascismo não é estatizante ou liberal, simplesmente responde à forma de intervenção estatal mais adequada à economia capitalista num dado momento histórico. Liberalismo e fascismo são modalidades da revolução passiva.

Gramsci recorreu inicialmente à revolução passiva para interpretar a ascensão burguesa desprovida do radicalismo jacobino. Uma espécie de revolução – restauração, na expressão que Gramsci retira do historiador Edgard Quinet, em que a modernização das forças produtivas é levada a cabo, evitando a Revolução Francesa (no caso do liberalismo do século XIX) e a Revolução Russa (no caso do fascismo do século XX).

Ele tratou principalmente do Risorgimento italiano, mas deixou claros indícios de que também o fascismo poderia ser tratado naquela chave de interpretação, evidentemente reformulada. A Revolução Passiva exclui a participação autônoma das camadas populares através de suas próprias organizações, as quais são destruídas e suas lideranças são decapitadas ou cooptadas (transformismo). A radicalidade jacobina é substituída pela iniciativa legislativa, organização corporativa e mudanças profundas na organização econômica para “acentuar o elemento plano de produção (...) sem com isso tocar a apropriação individual ou grupal do lucro”. No Risorgimento a saída para o impasse político foi a do liberalismo conservador. Nos anos 1920 foi a do fascismo, única força capaz de “integrar a Itália ao ritmo dos padrões de acumulação imperialista” (Ruviano e Siqueira, 2021).

No caso do fascismo italiano o corporativismo é a tentativa de um caminho médio, entre a planificação soviética e economia de mercado. O estado seria uma “holding” que preenche a diferença entre a renda nacional e o consumo, colocando a poupança pública à disposição da grande indústria, contornando os vários tempos de rotação do capital fixo, fornecendo crédito ou investindo

diretamente no médio e longo prazo, “realizando aquelas funções que nos Estados Unidos foram levadas a cabo de forma espontânea pela própria burguesia” (Bianchi, 2020).

A ala sindicalista do fascismo (em geral formada por ex sindicalistas revolucionários), liderada por Rossoni, ambicionava uma única organização de trabalhadores e empresários (sindicalismo integral) que subordinaria as grandes indústrias em uma unidade com setores médios, operários agrícolas e industriários e pequenos empresários (Carocci, 1975: 255). No entanto, o corporativismo foi o modelo alternativo ao sindicalismo integral.

Embora previsse uma espécie de co-gestão da economia, na prática a política corporativista incorporou a Cofindustria no estado e manteve os empresários no despotismo privado em suas empresas. Isso significou dar-lhes o controle de um órgão estatal (Carocci, 1975: 256) e as corporações se tornaram órgãos monopolísticos (Salvatorelli, 1974: 500). Assim, o “estado criado por Rocco exaltava o aspecto da coerção, o totalitarismo mirava e exaltava o aspecto do consenso” (Carocci, 1975: 267). Embora nunca tivesse se realizado plenamente, a hipótese totalitária de Mussolini buscava o “anulamento da separação liberal entre estado e sociedade civil, a total integração da segunda no primeiro”, exatamente o inverso da proposição gramsciana. Gramsci não usava o termo totalitário apenas num sentido negativo. A palavra era usada pela oposição antifascista italiana e pelo próprio regime. Em Gramsci pode significar tanto a tentativa fascista de abolir as demais organizações e satisfazer as demandas sociais dentro de um “único centro homogeneizador” (o estado absorve a sociedade civil), quanto a solução comunista em que é a sociedade civil que absorve o Estado (Ruviano e Siqueira, 2021).

Gramsci percebeu que o corporativismo congelava as classes num nível elementar (sócio profissional) e incorporava a necessidade de planificação econômica num espaço institucional controlável. Assim se realizava a meta de uma economia regulada, sem violar a propriedade privada e o lucro.

Há que ressaltar que “a reflexão gramsciana é cautelosa e não conclusiva, privilegiando hipóteses explicativas ao invés de esquemas generalizantes” (Bianchi, 2020). Não há nada definitivo no que diz respeito ao fascismo. Decerto, a observação empírica levou Gramsci a considerar um papel saliente do estado, mas ele também recorreu ao conceito de revolução passiva para tratar de uma modernização sem revolução baseada nas forças espontâneas da sociedade civil: o americanismo. Neste caso, preservava-se o estado liberal. O liberalismo era entendido não segundo a ideologia do livre cambismo, e sim como o tipo de intervenção estatal que propicia o ambiente para a livre iniciativa do capital que alcança por si mesmo a fase monopolista. Mas muitas dessas afirmações são acompanhadas de interrogações, variantes e verbos no tempo condicional.

O Partido Fascista

Gramsci entendeu os partidos como a trama privada do estado. Eles dependem do grau de homogeneidade e consciência dos vários grupos sociais. O partido é uma escola da vida estatal, que mimetiza o órgão político que deseja conquistar.

O movimento de formação dos estados suprime autonomias anteriores e se desdobra, uma vez instaurado como poder “acima” da sociedade, nos *partidos* e na sociedade civil, reconhecendo-se como realidade no mundo. Como se cada um deles fosse um pequeno estado em potencial, cabendo ao moderno príncipe permitir o reencontro da unidade da idealidade do estado e da objetividade da sociedade civil. O moderno príncipe não é um partido em abstrato, mas histórico, concreto. Quando falamos em partido ou estado isso é muito abstrato, embora pareça simples. Por isso mesmo para a dialética o simples é uma abstração e não o complexo.

Só depois de um percurso de análise histórica é que os partidos da Itália se tornam complexos, resultados de muitas determinações, logo concretos. Para Gramsci, na Itália os jornais constituíam os verdadeiros partidos. Ele desvia o foco dos partidos formais, que foram destruídos pela guerra, pela falência do liberalismo e pelo fascismo. Não há como não fazer uma analogia com o uso dos meios de comunicação de massa e das redes sociais por fascistas do século XXI.

Gramsci se voltou ao partido em sentido amplo e não formal. A certa altura afirmou que a própria igreja foi obrigada a tornar-se partido. Já o partido fascista era primitivo. Ele resultou da tradição econômico corporativa das classes dominantes italianas. Há uma citação do fascista Balbo que estabelece um paralelismo entre o fascismo e o comunismo como movimentos capazes de agir fora da legalidade no âmbito da crise do regime parlamentar liberal:

«Mussolini agiu. Se não o tivesse feito, o movimento fascista teria perpetuado a guerrilha civil por décadas e não se exclui que outras forças, que militaram, como a nossa, fora da lei do Estado, mas com propósitos anárquicos e destrutivos, acabariam se beneficiando de neutralidade e impotência” (Gramsci, 1975: 808).

Como fascista, ele atribuiu ao adversário aquilo que ele mesmo realizou: a tarefa da destruição. E ocultou os meios, pois o fascismo só agiu na ilegalidade com a cumplicidade do aparelho estatal, enquanto isso era impossível para seus opositores. Uma vez no poder, o fascismo tendeu a usar a ilegalidade e não se preocupou em instituir um novo direito. Gramsci afirmou que Mussolini serviu-se do estado para dominar o partido e do partido, em momentos difíceis, para dominar o estado (Gramsci, 1975: 233).

Ele sugeriu que a fase primitiva do partido de massas se expressou no líder carismático. A “doutrina se apresenta aos aderentes como qualquer coisa de nebulosa e incoerente, que necessita de um papa infalível para ser interpretada e adaptada às circunstâncias” (Gramsci, 1975: 233). Este partido não nasceu e se formou sobre “uma concepção de mundo unitária porque não expressa uma

classe historicamente essencial e progressiva, mas na base de ideologias incoerentes e desarrumadas (*arruffate*), que se nutrem de sentimentos e emoções”. O Partido Fascista expressava classes que, embora em dissolução, ainda tinham certa importância social e se aferravam ao passado para se proteger do futuro.

Tratava-se de uma variante policial de dominação, sem atividade teórica e doutrinária. O partido fascista podia exercer uma função de polícia para proteger a ordem, mas não se tratava de um moderno príncipe capaz de estabelecer uma nova relação de forças estável. O fascismo confirma a subalternidade cultural e econômica de um país, embora use a ideia de nação para dissolver as classes sociais no seu discurso. Isso é possível quando elas estão paralisadas.

Lorianismo

Gramsci teve que lidar no cárcere com o fascismo em seu momento de estabilização e enraizamento cotidiano. Um dos volumes da clássica biografia de Mussolini, escrita pelo historiador Renzo De Felice, recebeu o título de “Os anos do consenso. 1929-1936” (Felice, 1974). Uma escolha provocativa deliberada que atribuía o consenso a um regime fundado na coerção e na ilegalidade. Provocação incômoda para a própria democracia italiana pós fascista que jamais se “desfascistizou” por completo.

O fascismo desafiou os seus adversários porque não contrapunha a eles uma ideologia coerente, fosse esta definida negativamente, como falsa consciência ou positivamente, enquanto concepção legítima da vida e do mundo. Como já vimos anteriormente o fascismo é apenas ação, segundo Mussolini. E sempre oportunista. O próprio Hitler insistia que se deve dirigir às massas não com argumentos, provas e conhecimentos, mas com sentimentos e profissões de fé. Para Mussolini, que tinha um preparo político anterior maior que o de Hitler, doutrinas não passavam de expedientes táticos.

Gramsci não estava só quando perscrutou em 1935 a natureza irracional do discurso fascista. Wilhelm Reich escreveu *Psicologia de Massas do Fascismo* em 1933, voltando-se ao conteúdo afetivo e irracional da adesão ao fascismo (Reich, 1974: 35, 79, 93 e 95). O *Behemoth* de Franz Neumann é de 1942. Nele o autor demonstrou que toda declaração nazista carecia de consistência. Era um oportunismo absoluto onde cada afirmação procedia da situação imediata e era abandonada quando a situação mudava (Neumann, 2005: 57).

Tratava-se de um discurso em que as palavras mantinham relação arbitrária com as supostas realidades às quais se referiam. Por isso, não havia coerência nos significados ou na sequência daquilo que era enunciado, apenas na técnica de manipulação. O objetivo da manipulação é apenas a perenização da própria manipulação. A forma não importa, o estilo é rude. Como pregação, o fascismo é a “divinização do fato consumado” e por isso pouco importa que ele tenha sido republicano

primeiro, monarquista depois e republicano novamente (Fabbri, 2019: 19). Essa aparente “filosofia” que vem de baixo, do dia a dia, é parte da forma bizarra que sempre acompanhou estratos intelectuais que se sentiam marginalizados¹⁶. Sempre há um tipo intelectual que cultiva teorias excêntricas, posições reacionárias e oportunistas, dissimuladas de progressistas e científicas que distorce evidências empíricas para chegar a resultados extravagantes.

Para se compreender a mensagem compósita do fascismo é mais importante estudar essas figuras marginais da literatura e da ciência, mas que tiveram acolhida pública em suas épocas, do que os nomes que ingressaram no cânone literário. Achile Loria, hoje um autor desconhecido, foi um exemplo para Gramsci. O senso comum não é resultado da baixa escolaridade. Na esfera do cotidiano todos nós somos seres humanos “comuns”, onde agimos imediatamente, sem reflexão. Juristas, oficiais superiores, professores universitários, lideranças políticas e científicas ofereceram seu respaldo ao fascismo porque não vinculavam seus estudos e sua profissão ao conjunto da sociedade.

O discurso excêntrico é uma das fontes fascistas que descortina uma nova maneira de operar no debate público e que retoma o tema da traição dos intelectuais, mas não *a la* Julien Benda, porque não se propõe uma volta à ciência pura e desinteressada (Benda, 2007 e Boto, 2009). Na verdade não se propõe nada¹⁷. O fascista não esconde o que pensa. Sua mentira está no todo e não nas partes necessariamente. Há nele o vil interesse, sem dúvida, mas também uma fé quebrada, um conjunto desconjuntado que é proclamado quando os intelectuais da esquerda abandonam o universal e se tornam técnicos do saber, contando o número de artigos de seus *curricula*. Ele não planeja o encontro do povo com a filosofia. Ele confere estatuto “teórico” ao senso comum, à “filosofia do homem médio”, incoerente e desagregada. Diferentemente de Gramsci não há nenhuma ideia de encontrar no senso comum um “núcleo sadio” através de uma ação recíproca entre a teoria e a concepção popular. É o contrário: não se trata de elevar a crença do homem comum, mas de lhe conferir o estatuto de uma filosofia *fake*.

A técnica consiste em oximoros, generalização de casos teratológicos, uso de ideias contraditórias e incoerência narrativa. Um dos últimos *Cadernos do Cárcere*, escrito em 1935, é dedicado exatamente ao “lorianismo”. Não há como não se pensar no astrólogo brasileiro Olavo de Carvalho (Secco, 2018). Como ele, Achile Loria apresentava ideias esquisitas; propunha, por

16 Nos contextos de reação política eles são retirados do “auto exílio” imaginário e conseguem uma incidência inversamente proporcional à profundidade de seus escritos que podem juntar numa obra só uma pretensa erudição *shakespeareana* com a acusação a uma subclasse de pessoas sexualmente irresponsáveis e economicamente inseguras produzida pelo discurso esquerdista acadêmico. No Brasil Paulo Francis e depois dele outros menos dotados cumpriram esse papel. Na Grã Bretanha por exemplo: Dalrymple, 2015.

17 Para Benda, o intelectual podia até ser partidário desde que defendesse o universal, a verdade e a justiça. Bobbio lembrou que isso seria mais fácil a alguém de esquerda porque o intelectual da direita não pode admitir que por trás de honra e pátria defende interesses pessoais e de sua *coterie*. (Bobbio, 1997).

exemplo, que se combatesse a fome lambuzando as asas dos aviões com visgo, o que permitiria aos pobres comerem os pássaros que ficariam grudados nos aviões. Loria era um intelectual do tipo “medalhão” (para empregar a expressão de Machado de Assis). O “lorianismo” remetia ao positivismo e ao oportunismo (Buttigieg, 1998), apresentando-se até como progressista. O “brescianismo”, ao contrário, tipifica um grupo de *literatti* diletantes, reacionários e ideologicamente confusos, como o padre jesuíta Bresciani.

Mesmo artistas e intelectuais festejados podem ter traços de lorianismo, tais como a “covardia moral e civil” e o conformismo. As duas rubricas escolhidas por Gramsci podem servir de inspiração para responder à pergunta: como tratar aquilo que é bizarro, monstruoso, irracional, mas dotado de poder de influência?

Gramsci indica que se trata de “uma pesquisa de história da cultura, não de crítica artística”, e o traço mais saliente que ele questiona nos autores examinados é que eles “introduzem um conteúdo moral exterior” às suas obras e não respeitam regras internas metodológicas, afinal são ecléticos, focalizam o destinatário da mensagem, fazem propaganda, jamais ciência ou arte.

O *lorianismo* é uma categoria de análise das transformações moleculares, imperceptíveis, inconscientes e espontâneas que se cristalizam em resíduos que a política não recolhe. Esses rejeitos da civilização burguesa no passado não tinham significado algum, mas agora (1935) assumiam uma forma. Esta se define como especial (não existiu antes), voluntária (assumida coletivamente), sistemática (de massa) e terrorista. Ao elencar essas características do fenômeno *loriano* Gramsci não poupa a “responsabilidade daqueles que, podendo, não impediram”.

A questão que se apresentou a Gramsci é que todos os movimentos por ele estudados podiam apresentar algum traço positivo: a filosofia de Croce, o liberalismo, o reformismo, as religiões etc. O cesarismo pode ser regressivo ou progressivo, mas o *lorianismo* nada tem de positivo (Badaloni, 1987: 117). É com essa categoria que ele se refere ao nazismo enquanto “*lorianismo* monstruoso”. Como combater um fanatismo cego ao qual falta uma concepção de mundo e de Estado? No último acréscimo que escreveu aos seus cadernos, Gramsci comparou o nazismo a manifestações de brutalidade e ignomínia e que enchia a vida cultural de gases asfixiantes (Badaloni, 1987: 119).

Os “aspectos deteriorados e bizarros” constituem uma mentalidade de grupo e correspondem, portanto, a traços da cultura nacional. O principal é a ausência de organicidade, ou seja, de pesquisa e estudo sistemático.

Todavia, uma atitude *loriana* nos esconderijos sociais de supostos gênios incompreendidos não é o problema que importa. A carreira do próprio Loria indica que havia falhas no sistema cultural e, por oportunismo ou interesse pessoal, intelectuais estabelecidos o apoiaram. Ao citar imensos volumes medíocres que puderam ser acolhidos pelas editoras, Gramsci diz: “a responsabilidade do sistema é aqui evidente”. Einaudi, por exemplo, usou seu poder editorial e intelectual para fazer uma

“Bibliografia di Achille Loria”. Além disso, a falta de uma crítica permanente àquelas bizarrices permitiu que Loria sobrevivesse no mundo intelectual. A continuidade e a persistência propiciaram que ele fosse avaliado pela quantidade de títulos, “nestes tempos de civilização quantitativa”, acrescentou Gramsci.

As bizarrices não derivam apenas de pretensões individuais, mas de ausência de filtro cultural e institucional. Até pessoas bem formadas em algumas cometem erros e isso é normal. Mesmo os erros crassos podem ser reconhecidos e corrigidos. Gramsci cita o caso de um autor de livros patrióticos que confundiu a “casa dos partos” — uma ruína dos partos, um povo asiático — com uma clínica ginecológica romana. A questão ali é que os equívocos não eram filtrados pelo sistema universitário ou outro equivalente. O *lorianismo* é um filtro invertido que rejeita tudo o que é sistemático e decanta tudo o que é “impuro”.

Loria desenvolveu, por exemplo, a teoria “sobre o grau de moralidade de acordo com a altitude em relação ao nível do mar, com a proposta prática de regenerar os delinquentes levando-os às altas camadas atmosféricas em imensos aeroplanos, corrigindo assim uma proposta anterior de construir os presídios em montanhas elevadas”. Essas maluquices também correspondiam a um substrato “cultural” e a tradições que retornavam continuamente.

O problema não está no “falar sobre qualquer coisa”, embora isso possa ser um índice de *lorianismo*. Intelectuais são continuamente convocados a opinar na esfera pública diante de temas vários. O próprio Gramsci abordou muitos assuntos diferentes nos *Cadernos do Cárcere*. Mas ele o fez com uma intenção unitária e mesmo aqueles textos que eram para seu próprio esclarecimento estavam subordinados a um método. Os *lorianos* sempre estão nos seus “esconderijos de gênios incompreendidos” e sua ambição intelectual se mescla com a esperança de “vender suas tolices”. Mas ignoram as noções de coerência e método e a razoabilidade do bom senso.

O Antifascismo

Gramsci emitiu opiniões de caráter prático imediato, segundo alguns presos políticos (Ceresa, 1948; Pertini, 1982: 181; Lisa, 1990) e sabemos que suas relações com os comunistas não foram sempre amistosas¹⁸. Mas suas divergências tinham uma natureza muito mais profunda. Ele não acreditava que o pensamento moderno fosse apenas expressão da decadência burguesa e aspectos da cultura dominante poderiam ser desenvolvidos. É nesta retomada que reside a brecha no *lorianismo*, o qual se joga sobre novos movimentos para pervertê-los.

18 De meados de 1931 até dezembro de 1933, *Lo Stato operaio* fez silêncio sobre Gramsci. *L'unità* atravessou o ano de 1932 sem uma única palavra sobre ele (Spriano, 1977: 62).

O lorianismo, enquanto a degenerescência da filosofia positivista da técnica, permitiu e justificou o elemento central do fascismo: o terrorismo. A luta contra isto exige que a negação de cada elemento da velha civilização seja feita segundo a perspectiva da superação da cisão entre filosofia e senso comum, que potencialize a prática e não reduza a teoria a mais uma técnica. Para Gramsci, a própria esquerda poderia ser acusada de aceitar essa desumanização. Líderes socialistas tinham atitudes lorianas, como Turatti¹⁹.

Em termos de nosso tempo, não é possível propor transformações sociais que não sejam universalizadas também enquanto consciência social. A política, mesmo “de esquerda”, que não serve para aproximar dirigentes e dirigidos, filosofia e senso comum, teoria e prática, é aquela que se reduz à gestão técnica dos conflitos sociais. Ela consegue atrair adeptos hoje e perdê-los amanhã para o fascismo porque suas elaborações não se tornam uma cultura política, ou seja, uma rede compartilhada de produção e circulação de práticas, organizações, teorias, valores, ideais, sentimentos etc.

“Como reagir?”, indaga-se Gramsci. No longo prazo por uma nova escola; no curto prazo, criando aversão “instintiva” pelo lorianismo com o senso do ridículo, já que o bom senso pode ser “despertado por uma boa alfinetada”, como ele escreveu. Suas palavras anti lorianas mais conhecidas resumem a atitude diante do fascismo: “De resto, todo colapso traz consigo desordem intelectual e moral. É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.

Referências:

AGOSTI, Aldo. *Togliatti: Uomo di Frontiera*. Torino: Utet Libreria, 2003.

ANDERSON, P. “As Antinomias de Gramsci”, in *Crítica Marxista*. S. Paulo: Joruês, 1986.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 2 ed, 1989.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BADALONI, Nicola. “Gramsci: a filosofia da práxis como previsão”, in HOBSBAWM, Eric (Org). *História do marxismo*. Volume X. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹ O exemplo citado por Gramsci é ambíguo. Em 1919, Filippo Turati abordou simultaneamente a questão do direito das mulheres ao voto e o problema das prostitutas, chamadas de “assalariadas do amor” e “prestadoras de um serviço público e, por isso, mais honestas que a classe política” (Mussi, 2019).

- BALSA, Javier. “Uma Avaliação das Leituras Filológicas da Obra de Gramsci e Seus Possíveis Aportes para as Estratégias Políticas”. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, ano 4, n. 5, p. 82-104, Ago/Dez, 2019.
- BARBOSA, Jefferson. “Gramsci e a Crítica do Fascismo”, in: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/jefferson%20barbosa%2010383.pdf. Acesso em 3 de fevereiro de 2020.
- BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BERCOVICI, Gilberto. “A administração pública dos cupons”, *Terra redonda*, 06 de setembro de 2020.
- BIANCHI, Alvaro. “Revolução passiva: o pretérito do futuro”, in https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo127A_Bianchi_23.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- BLINKHORN, Martin. *Mussolini and fascist Italy*. London: Routledge, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea*. São Paulo, Unesp, 1997.
- BORKENAU, Franz. *Pareto*. México: FCE, 1978.
- BOTO, Carla. “Traição dos intelectuais”. *Revista USP*, São Paulo, 2009.
- BRODER, David. “Wrongly overlooked thinker”; *Weekly worker*, 23.07.2020, in <https://weeklyworker.co.uk/worker/1309/wrongly-overlooked-thinker/#fn4>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*, 2ª ed. Rio: paz e terra, 1980.
- BUTTIGIEG, Joseph. “O método de Gramsci”. Tradução: Luiz Sérgio Henrique in: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290>, 1998. Acesso em 28/07/2019.
- CAROCCI, Giampero. *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi*. Milano: Feltrinelli, 1975.
- CERESA, Giuseppe. “Gramsci na Prisão”, *Problemas*, nº10, maio de 1948.
- CHABOD, Federico. *L'Italia Contemporanea*. Torino: Einaudi, 1961.
- CLEMENTI, Andreina de. *Amadeo Bordiga*. Torino: Einaudi, 1971.
- CZERWIŃSKA-SCHUPP, Ewa. *Otto Bauer (1881-1938)*. Chicago: Haymarket Books, 2018.

- DALRYMPLE, Theodore. *Nossa cultura... ou o que restou dela*. Trad. M. Righi. São Paulo: É Realizações, 2015.
- DEL ROIO, Marcos. “Gramsci e Togliatti diante do fascismo”. *Crítica Marxista*, n. 50, Unicamp, 2020.
- DEL ROIO, Marcos. *Os Prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DROZ, J. H. *Il Contrasto tra L'Internazionale e il PCI. 1922-1928*. Milano: Feltrinelli, 1969.
- ECO, Umberto. “O Fascismo Eterno”, in: Id. *Cinco Escritos Morais*. Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.
- FABBRI, Luce. *Fascismo: Definição e História*. São Paulo: Microutopias, 2019.
- FABBRI, Luigi. *La Contro Rivoluzione Preventiva*. Milano: Zero in Condotta, 2009.
- FELICE, Renzo de. *Mussolini il Duce. Gli anni del consenso. 1929-1936*. Torino: Einaudi, 1974.
- FELICE, Renzo De. *Mussolini il Fascista. La Conquista del Potere. 1921-1925*. Torino: Einaudi, 1995.
- FERREIRA, Fernando Sarti e RODRIGUES, Julian. *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Maria Antonia, 2021.
- FRANCIONI, G. *L'Officina gramsciana*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- FRESU, Gianni. “Gramsci e o Fascismo”. *Praxis e Hegemonia Popular*. N. 4. Rio de Janeiro, jan. julho 2019, pp. 9-20.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, A. *Socialismo e Fascismo. L'Ordine Nuovo, 1921-1922*. Torino: Einaudi, 1966.
- GRAMSCI, A. *Sotto la Mole*. Torino: Einaudi, 1972.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Riuniti, 1975.
- GRAMSCI, Gramsci. *La costruzione del Partito Comunista*. Turim: Giulio Einaudi, 1978.
- LISA, Athos, “Discussão política com Gramsci, en la cárcel”, in: Gramsci, A. *Escritos políticos (1917-1933)*, 4ªed, México, iglo XXI, 1990.
- LUSSU, Emilio. *Teoria da insurreição*. Lisboa: Ulmeiro, s/d.
- MACCIOCHI, Maria A. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MUSSI, Daniela. “Antonio Gramsci e a questão feminina”, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2. São Paulo, USP, 2019.

- MUSSI, Daniela. “Política e cultura: Antonio Gramsci e os socialistas italianos”. *Revista Outubro*, n. 22, 2º semestre de 2014.
- NEGRI, Antonio. “Primeiras observações sobre o desastre brasileiro”, in <https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/> Acesso em 8 de janeiro de 2020.
- NEUMANN, F. *Behemoth*. Mexico: FCE, 2005.
- PARIS, Robert. *Histoire du Fascisme em Italie*. Paris: Maspero, 1962.
- PERTINI, Sandro. *Sei condanne, due evasioni*, Milano, Mondadori, 1982.
- PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio: paz e terra, 1977.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Lisboa: Escorpião, 1974.
- RUVIARO, Débora e SIQUEIRA, Mirele H. “O debate gramsciano sobre o fascismo: uma fascismo à brasileira?”, *O Social em Questão*, ano XXIV, n. 51, set dez 2021.
- SALVATORELLI, Luigi. *Sommario della Storia d’Italia*. Torino: Einaudi, 1974.
- SANTARELLI, Enzo. “Prólogo” in Gramsci, Antonio. *Sobre el Fascismo*. Mexico: Era, 1979.
- SECCO, L. “A face da revolução”, *Revista Fim do Mundo*, n. 5, Marília, maio – agosto de 2021.
- SECCO, L. “Gramscismo: Una Ideología de la Nueva Derecha Brasileña”, *Revista Política Latinoamericana*, nº7, Buenos Aires, julio-diciembre 2018.
- SECCO, L. “Origens e estrutura do fascismo”, in FERREIRA, Fernando Sarti e RODRIGUES, Julian. *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo / Maria Antonia, 2021.
- SPAGNOLO, Carlo. “Fascismo”, in: LIGUIORI, G. e VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SPRIANO, P. *Gramsci in carcere e il partito*, Roma: Riunitti, 1977.
- SPRIANO, P. *Storia del Partito Comunista Italiano*, V. I, Torino, Einaudi, 1967.
- SPRIANO, P. *Togliatti*. Milano: Mondadori, 1988.
- THALHEIMER, August. *Sobre o Fascismo*. Salvador: CVM, 2009.
- TOGLIATTI, P. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Lech, 1978.
- TOGLIATTI, Palmiro. *L’Antifascismo di Antonio Gramsci*. In: LIGUORI, G. (org). *Scritti su Gramsci*. Roma: Riunitti, 2001.

TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Trad. de Mario Pedrosa. São Paulo: Lech, 1979.

WEILL, S. *A Condição Operária e outros Estudos sobre a Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RECEBIDO EM 27/07/2022

APROVADO EM 17/11/2022